

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

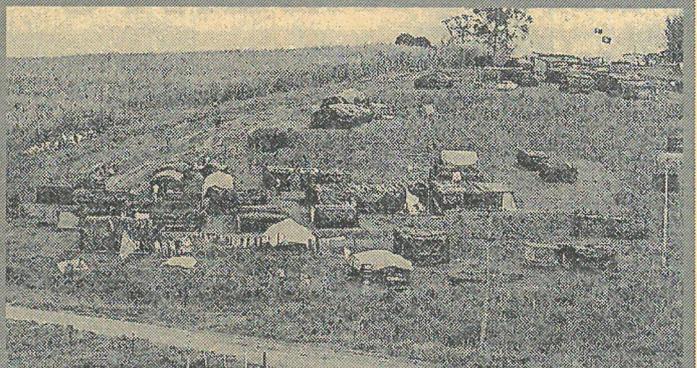
ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 119 - 2ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1996 - R\$ 1,00

VOTO NULO

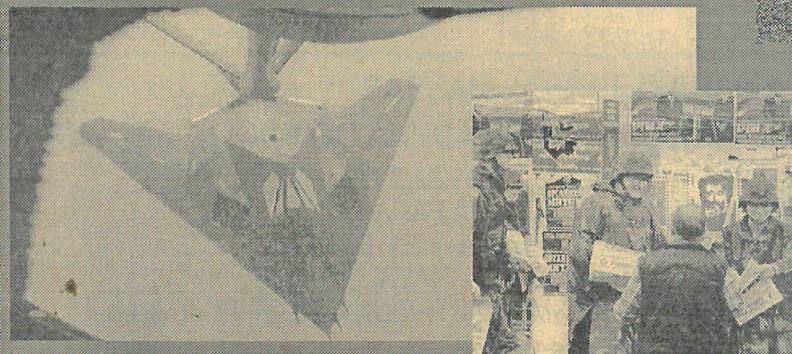
**Contra a fome, a miséria e
a politicagem burguesa!
Por um programa anticapitalista
e um partido revolucionário!**

POR *Tendência pelo Partido Operário Revolucionário*

**Agrava-se o conflito no campo.
Fazendeiros recriam a UDR.
Sem-terras continuam as ocupações.
Construamos a unidade
operário-camponesa!**



**Fora o imperialismo do
Golfo Pérsico
e da Bósnia!**



A Quinzena de Luta do Movimento Operário

As centrais sindicais falam em campanha unificada das categorias com data-base de outubro a dezembro. A tática é negociar propostas comuns para as categorias - metalúrgicos, eletricitários, petroleiros. Se fosse sério, então seria positivo. Mas o charlatão Vicentinho fala em campanha contra a política neoliberal de FHC e propõe aos trabalhadores fazer piquete ou apagar as luzes de suas casas em determinada hora. O burocrata quer copiar o movimento do "apagou" argentino, puxado pela oposição burguesa. O caminho não pode ser esse. Trata-se sim de preparar um amplo movimento grevista, com manifestações de rua. Se a unidade fosse para valer, os sindicatos convocariam assembléias conjuntas e formariam piquetes dirigidos por um comando único de greve.

A classe operária deve se utilizar de seu próprio método de luta, de seu poder social. Parar a produção! A greve unificada de todos os explorados pelo capitalismo contra o arrocho salarial e pelo direito ao trabalho.

A classe operária terá de passar por cima das atuais direções traidoras, que desvinculam as reivindicações imediatas (econômicas) dos trabalhadores da política antipopular e antina-

cional de privatização, importação, de cortes na verba para saúde e educação, de demissão do funcionalismo público, de congelamento dos salários etc.

A separação das reivindicações econômicas da luta política anticapitalista e antiimperialista bloqueia a unidade dos explorados.

Trabalhador, sair às ruas com as reivindicações dos oprimidos e contra a política neoliberal de FHC:

* Salário mínimo vital de R\$ 1.300,00.

* Reposição de todas as perdas.

* Escala móvel de horas de trabalho.

* Nenhum fechamento de fábrica e controle operário da produção.

Por uma verdadeira unidade grevista dos trabalhadores!

* Carteiros protestam contra os cortes do adicional de 15%, de tíquetes-refeição e de 6 vales-transporte. Reivindicam redução de jornada para 40 horas, sábados livres e reposição salarial.

* Metalúrgicos da Mercedes-Benz em greve pela reposição da inflação de 10,94% referente a novembro de 95 a julho de 96.

As fábricas de Campinas e São Bernardo abrem demissão voluntária. Serão mais de 2.000 operários desempregados.

* Metalúrgicos da Ford de São Bernardo aguardam pacote de benefícios da negociação de demissão voluntária.

* Demitidos da Sofunge não recebem as verbas rescisórias. Eles aceitaram receber em 3 parcelas, porém representantes da fábrica não compareceram à reunião do acordo.

* Metalúrgicos da Costa Temprano cruzaram os braços para reivindicar cesta básica de 25 Kg, tíquetes-refeição e PLR.

* Químicos da Unipar continuam greve contra o fechamento do 5º turno. Mulheres e filhos aderem ao mo-

vimento vestindo preto e fazendo piquete na porta da fábrica. Petroleiros se solidarizam doando cesta-básica e sindicato arrecada fundo de greve para dar continuidade ao movimento.

* Bancários abrem campanha salarial reivindicando 21,08% de reposição e 6,71% de produtividade. Piso salarial de R\$ 900,00 para caixa e R\$ 600,00 para escriturários.

* Químicos da CUT não querem a interferência da justiça do trabalho no movimento operário. Reúnem com a Ceag (patronal) para apresentar propostas de negociação.

* Operários da empreiteira Sani Gesso e da Fiori paralisam obras em protesto contra o atraso no pagamento do salário e exigindo registro em carteira.

* Trabalhadores da Grad-Fer retornam ao trabalho após três dias de greve contra o calote no pagamento do salário de agosto. Patrões pagarão o salário em 3 parcelas.

* Motoristas da Viação Itapeceira em greve relâmpago contra o atraso no pagamento do salário e exigindo registro na carteira de trabalho.

* Demitidos da Novelli Eletrodomésticos (transferida da Freguesia do Ó para a cidade de Catanduva) se mobilizam em assembléia para exigir verbas rescisórias.

* Metalúrgicos da Bozza, de São Bernardo, em greve por equiparação salarial, extensão de convênio médico aos dependentes, vale-transporte, cesta básica e PLR.

* Petroleiros decidem em assembléia greve de advertência de 24 horas para dia 26.

* Mercedes-Benz, de São Bernardo e Campinas fazem pacote para demissão voluntária. Mais de 2.000 metalúrgicos ficarão desempregados.

* Ford de São Bernardo abre voluntariado. A fábrica fechará em dezembro a seção de usinagem e montagem de motores.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

ASSINATURAS: SEMESTRAL - R\$ 15,00 - FALE COM O DISTRIBUIDOR DESTA JORNAL

Eleições municipais fortalecem PFL

As massas são golpeadas pelas frações burguesas

As campanhas eleitorais deste ano expressaram o aprofundamento da crise política no país. Por trás do sobe e desce nas pesquisas de intenção de voto está a luta interburguesa ao redor dos rumos da política econômica e da condução do Estado Nacional.

As eleições de 1994 estabeleceram uma frente burguesa entre as principais frações capitalistas, a do sudeste industrial e a do norte-nordeste oligárquica, ao redor de Fernando Henrique Cardoso e seu plano neoliberal. Essa frente foi sempre instável, porque expressa interesses contraditórios, ainda que ambas submissas ao imperialismo. Reflete em última instância a formação semicolonial do país, as profundas desigualdades regionais, o predomínio do atraso sobre a indústria no aparelho estatal e a submissão geral de ambos ao imperialismo.

Nestes últimos 2 anos, sucederam-se os conflitos no interior do governo, protagonizados principalmente pelas duas frações burguesas fundamentais. Os passos dados nas reformas neoliberais foram realizados sempre às custas de favorecimentos às oligarquias regionais, e portanto às custas de concessões no ritmo e alcance das medidas e do aumento do endividamento público. Esse processo impulsionou a tendência endividadora do Estado da política econômica.

Os próximos passos das reformas são aqueles que mais atingem os interesses oligárquicos, especialmente a reforma tributária e fiscal. As oligarquias do norte e nordeste insistem na tese da diferenciação fiscal. Pretendem que os estados mais industrializados paguem mais impostos e recebam menos verbas, em benefício dos mais atrasados. A aplicação da diferenciação fiscal agravaria terrivelmente a recessão no sudeste, ampliando a quebra de fábricas.

As disputas municipais ganharam maior importância a partir da Constituição de 1988, que cedeu uma considerável fatia da arrecadação aos municípios. Para se ter uma idéia, o orçamento da cidade de São Paulo saltou de 800 milhões de dólares para mais de 5 bilhões. As prefeituras, principalmente as das capitais e grandes cidades, passaram a ser pontos de apoio para a conquista dos governos estaduais e federal.

Os partidos burgueses estão desde já disputando a próxima eleição presidencial. O resultado das eleições municipais servirá de base para as negociações e conchavos. O PFL das oligarquias nordestinas é o maior favorecido. Tem crescido o número de parlamentares que migram para suas fileiras, e agora reivindicam as presidências da Câmara (que já é sua) e do Senado Federal (que está formalmente com o PMDB, mas Sarney representa toda uma fração da oligarquia nordestina). O controle sobre o parlamento porém não basta, já que a democracia burguesa nos países semicoloniais concentra os poderes reais nas mãos do poder executivo. O PFL

sabe a importância que têm os ministérios econômicos, e pressiona para tê-los sob seu controle. As eleições presidenciais servirão para determinar quem controla a política econômica.

Os choques com o grupo do PSDB de São Paulo levaram o PFL a buscar um fortalecimento nacional que o colocasse em melhores condições de enfrentar o PSDB. A chantagem foi montada a partir de uma aliança nacional com o PPB de Paulo Maluf e o isolamento do PSDB. A partir dos números das pesquisas, o PFL já conseguiu levar FHC a discutir uma reforma ministerial ainda em seu governo, para viabilizar a repetição da aliança de 1994 em 1998. Caso as intenções do PFL não sejam satisfeitas, o PSDB naufragará nas eleições presidenciais. De qualquer forma, o próximo presidente estará nas mãos das oligarquias nordestinas, que agora pretendem fazer de seu partido um partido nacional.

As disputas entre as frações expressa a crise da federação nacional. Mostra que há forças centrífugas poderosas agindo, e que podem acelerar a crise política.

As conseqüências para as massas

Todas as principais frações burguesas agem de acordo com a pressão imperialista de aplicação do plano antinacional e antipopular. Os atritos que existem são ao redor do ritmo e alcance das medidas. O resultado da aplicação desse plano é a destruição da economia nacional e dos serviços públicos, em benefício das multinacionais e do capital financeiro internacional. As frações burguesas mais fortes sobrevivem, ainda mais ligadas ao imperialismo. Os mais fracos se quebram. Para as massas, todo o peso da crise capitalista lhes é descarregado sobre as costas. O plano antinacional e antipopular leva à recessão e ao arrocho salarial. Salários congelados, desemprego, falta de assistência médica, previdenciária, sucateamento da educação etc. são as conseqüências mais sentidas pelas massas.

As disputas entre os bandos capitalistas agravarão ainda mais essa situação. O fortalecimento do PFL, aliado às pressões imperialistas, agravarão a abertura de mercado e reduzirão a capacidade produtiva no sudeste. Isso implicará certamente em mais recessão e desemprego.

Existe uma tendência geral de luta entre as massas, de rejeição do desemprego e do arrocho salarial. As lutas no campo prosseguem crescendo. Os choques entre as frações burguesas dificultam a repressão unitária contra o movimento operário e popular e contra os camponeses. As condições são favoráveis à luta nacional de massa contra o governo, a burguesia e o imperialismo. O maior entrave são as direções sindicais e populares, que no momento estão mergulhadas no eleitoralismo e que pregam em geral a conciliação de classes.

Votar nulo contra os patrões, os reformistas e os falsos socialistas, e em defesa de um autêntico partido revolucionário

As eleições são um dos instrumentos da burguesia para manter a dominação de classe. Enquanto as massas estiverem iludidas com o engano do voto universal, aguardando que dele saiam as soluções aos seus problemas, o sistema capitalista de exploração do trabalho estará assegurado.

Por isso, para um partido revolucionário, é importante intervir nas eleições denunciando a democracia burguesa como uma fraude, impulsionando a ação direta das massas e defendendo o programa revolucionário. Nas eleições municipais, caberia ainda a defesa das assembleias populares, que baseadas num ascenso das massas, poderiam conquistar municipalidades e colocá-las como trincheiras de luta antiburguesas. Nossa corrente ainda não tem forças suficientes para romper com os impedimentos da justiça eleitoral e lançar candidatos que se baseariam nesses princípios para atuarem. Responderemos os chamados de construção de uma frente de esquerda, mostrando que isso só seria possível como frente única de luta, baseada num programa anti-imperialista e anticapitalista, e nunca como frente oportunista com programa reformista. Infelizmente, as correntes de esquerda fazem uma campanha seguidista do reformismo, alimentam todo tipo de ilusão na democracia burguesa e nunca denunciam as eleições.

Dessa forma, só nos é possível intervir nas eleições com o voto nulo programático, em defesa do partido operário revolucionário, da ação direta das massas e da revolução proletária, e contra os partidos patronais, contra o reformismo enganador e contra os falsos socialistas.

Nacional



Governo e burguesia fazem falsa campanha contra violência

Nas últimas semanas, a imprensa tem dado grande destaque à questão da violência. O crescente número de chacinas e latrocínios (assassinatos com roubo), principalmente em São Paulo, são mostrados como evidência de que é

preciso fazer alguma coisa para reduzir a criminalidade. A cúpula militar e os políticos reacionários reivindicam maior liberdade de repressão da polícia, e mais verbas para armamento e contratação de mais policiais. A classe média organiza movimentos como o *Reage São Paulo*, cópia do fracassado *Reage Rio*. O governo impulsionou a aprovação na Câmara dos Deputados de legislação que transforma a contravenção do porte de arma em crime. As igrejas chamam a população ao pacifismo. As campanhas eleitorais prometem mais e mais policiais. Há vários projetos de reforma das polícias em andamento, que pretendem unificar as guardas militar e civil.

A violência expressa a divisão da sociedade em classes

As religiões, a imprensa e o governo incutem na população a idéia de que a violência é um mal absoluto. Alimentam um pacifismo hipócrita e cínico. Procuram separar qualquer ligação da violência com a luta de classes. Encobrem a violência essencial da sociedade atual, que é a violência da opressão social e da brutal exploração de classe, que é a base de existência do capitalismo e que mantém um bilhão de pessoas no mundo todo na miséria absoluta, ou seja, morrendo de fome. Fazem de tudo para esconder a opressão nacional que massacra povos inteiros em benefício dos interesses parasitários dos países desenvolvidos. Enquanto isso, condenam ferozmente a violência dos

explorados quando se rebelam contra a exploração ou tocam na "sagrada" propriedade privada. O mesmo fazem se uma nação oprimida se levanta em armas contra a opressão de outra nação imperialista.

A violência expressa sempre as relações sociais na sociedade. Nas sociedades divididas em classes sociais, nas quais uma minoria explora parasitariamente a maioria, a violência é apresentada por esta como monopólio do Estado. Ou seja, somente o Estado tem o direito de exercer a violência, para garantir a continuidade da ordem atual. Na verdade, trata-se de garantir a exploração da maioria pela minoria. O papel essencial da repressão estatal é garantir a permanência da exploração de classe, baseada na propriedade privada dos meios de produção. Assim, quando os sem-terra ocupam os latifúndios ou os operários em greve ocupam as fábricas, a repressão é imediatamente ativada. Os massacres que temos assistido nos últimos anos são expressão da violência reacionária da burguesia contra as massas.

Crise capitalista aumenta violência

É verdade que os crimes individuais e de gangues têm crescido nas cidades. Refletem em grande parte o aumento da crise social (miséria e desemprego). Sem nenhuma perspectiva de vida e trabalho, milhares de assalariados e jovens são empurrados para a marginalidade. O crescimento do narcotráfico, causado pelo agravamento da crise capitalista e para onde se volta uma parcela da juventude sem possibilidade de ganhar a vida com o trabalho. Para esses mesmos caminhos segue uma parte do próprio corpo policial, que recebe míseros salários.

Os exploradores incutem na população a idéia de que isso se resolve com mais policiamento. Mais policiais poderiam talvez proteger melhor os bancos, as indústrias e o comércio. No entanto, não seriam capazes de evitar os crimes nas periferias das cidades, nos ônibus etc. Também não seriam capazes de reprimir o narcotráfico, que se alimenta principalmente do vício dos filhos da classe média e da exportação para Europa e Estados Unidos.

Os setores mais reacionários da burguesia querem armar melhor a repressão para que seja capaz de reprimir as massas, que sofrem cada vez mais o peso da crise capitalista.

A covardia do reformismo e das correntes de esquerda

Nas campanhas eleitorais municipais, o reformismo petista não tem mais nenhum pudor em defender au-

mento da polícia e armamento. Não deixa de fazer demagogia dizendo que a causa maior da violência é a crise social, mas segue o malufismo dizendo que vai ampliar o poder de repressão da Guarda Municipal. Trata-se de mais um sintoma da plena integração do PT à democracia burguesa e ao pelotão de defesa do sistema capitalista. Para ganhar a confiança de setores da burguesia, o PT apóia o reforço do aparelho repressivo.

Mas há correntes que se reivindicam marxistas, leninistas e até mesmo trotskistas que caíram na armadilha eleitoral e se tornaram partidárias das polícias municipais sob controle dos trabalhadores. Como se as polícias não fossem todas instrumentos de repressão nas mãos dos exploradores contra a maioria explorada. Em busca de votos, o PSTU e o PCO "se esqueceram" do caráter de classe da polícia, e passaram a propor uma polícia "controlada" pelas massas. O PSTU chegou ao ponto de condenar a violência em geral, no seu programa eleitoral da televisão e no seu jornal "Opinião Socialista", sem caracterizar o conteúdo de classe da mesma (ver artigo neste jornal).

Em defesa da violência revolucionária das massas

Os marxistas autênticos não têm nenhum receio de falar da violência. Condenamos a violência reacionária da burguesia contra as massas. Mas defendemos abertamente a violência revolucionária das massas oprimidas. A posição marxista é consequência da análise materialista dialética da realidade, que mostra que a sociedade capitalista é dividida em classes antagônicas e irreconciliáveis. De um lado, a burguesia minoritária, totalitária, dona dos meios de produção e exploradora, que tem em suas mãos o Estado, cuja função essencial é garantir a continuidade da opressão de classe. De outro, os assalariados, o proletariado explorado, oprimido, que vende sua força de trabalho e com ela produz todo tipo de riquezas, das quais é alijado. Para acabar com a exploração de classe, o proletariado terá de se levantar em armas contra a burguesia, que utilizará de todos os meios repressivos para evitar a perda de seus privilégios. A violência do proletariado contra a burguesia é progressiva, porque abrirá caminho para a superação do capitalismo e para acabar com a opressão social. Já a violência da burguesia é reacionária porque serve para manter vivo um sistema superado historicamente, que mantém a fome, as doenças, a miséria e as guerras entre nações.

Nacional



O PSTU nas eleições municipais

A primeira atitude do POR frente ao PSTU foi a de realizar uma crítica programática e rechaçar sua tática de "frente socialista" com o PT, por ser ilusória e por atribuir um conteúdo de classe aos reformistas que estes não têm. Bem diferente seria se fosse uma situação em que o reformismo estivesse em choque com uma tendência fascista claramente delineada. Se uma importante fração do proletariado estivesse apoiando o reformismo como forma de combater o ascenso fascista, teríamos de constituir uma frente. Porém, jamais chamaríamos de frente socialista, pois não corresponderia à realidade das posições pró-capitalistas do PT. Seria uma frente para derrotar o fascismo. Só até aí e nada mais. Não haveria mescla alguma de programa e nem de organização. E os revolucionários, na frente, lutariam com todas suas forças em defesa do método da ação direta e da organização independente das massas para derrotar o fascismo e avançar a revolução proletária, que teria logo em seguida como adversário o próprio reformismo.

Levantamos esse argumento para melhorar a compreensão do problema. A situação concreta não é essa. O PT está jogando um papel de bloqueio das lutas e se comporta como vassallo diante da ofensiva antinacional e antipopular do governo. Nesse sentido, toda campanha que o PSTU fez por uma frente com o PT mostrou sua dependência política e ideológica em relação aos reformistas. Finalmente, seu objetivo frentista se frustrou com a negativa do PT.

Mesmo assim o PSTU se coligou com o PCdoB em Fortaleza, partido esse que ficou com o PT em São Paulo e que tem contraído alianças eleitorais até com o PFL. Nessa frente de "socialistas", o PCdoB encabeça a candidatura a prefeito, o que lhe permite desenvolver abertamente sua linha de conciliação de classe. O candidato da "frente socialista" não se esmera em esconder minimamente sua orientação estalinista de obter aval da chamada ala democrática da burguesia. Em sua campanha, defende abertamente uma composição com empresários, caso seja eleito. É claro que não se trata apenas de declaração. Em Natal, o PCdoB já participa como vice-prefeito de uma gestão peemedebista, conhecida por reprimir duramente as greves.

Assim, vemos que a tática eleitoral do PSTU está em contradição com todo princípio tático do marxismo, que serve de meio para executar o programa revolucionário e assegurar a independência de classe do proletariado frente à política burguesa. Em nossa "Carta Aberta ao PSTU", publicada no Massas 112, expomos mais pormenorizadamente esta crítica.

Como o PSTU responde aos problemas

Nessa mesma "Carta Aberta", rechaçamos a posição do PSTU frente às reivindicações elementares. Pela primeira vez - até onde chega nosso conhecimento -, essa corrente abriu mão da bandeira de salário mínimo do Dieese, que estaria por

volta de 800 Reais. Qualquer trabalhador sabe que mesmo esse valor não possibilita uma família de 4 pessoas viver. Pois bem, o PSTU está fazendo campanha por 224 Reais, ou seja, por um reajuste de 100% sobre 112 Reais.

No mesmo sentido, repudiamos a bandeira de 40 horas para se lutar contra o desemprego. Diante do monumental ataque capitalista aos postos de trabalho, é preciso levantar a bandeira de "escala móvel das horas de trabalho", cujo mecanismo consiste em dividir as horas nacionais trabalhadas entre toda força produtiva, sem reduzir os salários. Pelo contrário, os salários deverão estar protegidos pela "escala móvel de reajuste".

Pois bem, o PSTU rebaixa ao chão as reivindicações vitais numa clara adaptação ao capitalismo putrefato e à política eleitoralista do "realismo". É isso que o "governo dos trabalhadores" pode prometer cumprir se eleito. Como se vê, é grave a linha do PSTU nas eleições.

Estamos repisando essa questão por não acreditarmos que os militantes de base desse partido possam admitir tal desvio. Mas há um problema novo, que surgiu em plena campanha eleitoral. Trata-se da "violência urbana" e da "segurança".

A posição do PSTU diante da "segurança pública".

Temos caracterizado o PSTU como uma corrente revisionista do trotsquismo, portanto do marxismo-leninismo. Enfim, uma corrente centrista, que oscila entre o reformismo e o marxismo. Por ser assim, o centrismo tende a se ajustar às pressões da pequena-burguesia e da camada mais conservadora do proletariado, via de regra ligado à burocracia sindical.

Conforme a luta de classes se agrava, tal pressão conduz o centrismo a se aproximar cada vez mais da própria burguesia. Historicamente, o centrismo segue essa via, fazendo zigzags da esquerda para a direita. É diante dos grandes acontecimentos que o centrismo revela toda sua debilidade e sua política estranha ao proletariado. Enquanto isso, vai se adaptando aqui e ali ao capitalismo através de passos reformistas e revisionistas.

Citamos anteriormente alguns sintomas referentes às reivindicações elementares. Agora verificamos mais uma nova manifestação em relação à violência e segurança pública. Esse é um tema corriqueiro em todas as eleições. Diariamente há uma mortandade nas favelas e bairros operários. Basta que ocorram algumas mortes na classe média para que setores da opinião pública burguesa levantem o estandarte do policiamento, da pena de morte, do desarmamento da população, da mudanças na lei penal para que se possa prender menores de idade, privatização da polícia etc.

Qualquer marxista sabe que tudo isso é o pus do capitalismo apodrecido. Não há emplastos para seus tumores. Entretanto o PSTU, em seu artigo "Segurança Pública precisa ter controle popular" (Opinião Socialista, Nº 14), acha que há,

Apesar de reconhecer que é "preciso combater a violência social" e que a polícia e o exército cumprem a função de "manter a dominação de classe", considera possível se fazer uma reforma no aparelho de repressão, mudando seu caráter de repressivo à população trabalhadora para de seu protetor.

Propõe: 1) Criação de uma polícia única, com o fim da atual divisão, para proteger a população trabalhadora; 2) Dissolução dos setores policiais destinados especialmente para reprimir os trabalhadores; 3) Tornar a segurança um serviço público; 4) Acabar com o vínculo da PM com o exército; 5) Controle da população sobre esse serviço (exemplo, eleição dos delegados, conselhos populares).

Sem dúvida, à primeira vista, são medidas democráticas progressivas. Porém, limitadas, ilusórias e carentes de fundamento marxista para a questão do aparelho repressivo. O reconhecimento de que a função da polícia, exército e justiça é de "manter a dominação de classe" é marxista, porque indica o conteúdo de classe do aparelho repressivo. O que não é marxista é a resposta reformista ao problema concreto.

A proposta de fundir todas as polícias num corpo único, extirpando-a da função repressiva, separando-a do exército e colocando-a sobre o controle da população não destrói de fato sua função de "manter a dominação de classe". Se o PSTU concorda com essa nossa constatação, então há de convir que não deixa de ser um instrumento especial de repressão dos trabalhadores e que tal controle da população é hipocrisia idealista.

De onde parte então a conclusão correta? De que é necessário armar a própria população trabalhadora, não individualmente, mas através de milícias populares, e dissolver todo aparelho de repressão burguês. É um ponto de vista burguês considerar que a população precisa ser protegida por um aparato "democrático" (serviço público). Ao contrário, as massas precisam se organizar e se armar em orga-

Nacional



nismos próprios (milícias, comitês de autodefesa etc) para se defenderem do terror do Estado (de sua polícia, exército, grupos paramilitares, jagunços), que lhes potencializem na luta de classes e lhes permitam caminhar para a destruição do capitalismo, que começa pela tomada do poder pelo proletariado.

A resposta marxista só pode ser revolucionária, o que quer dizer responder à premissa de que a polícia e o exército são guardiões da burguesia e do regime econômico apodrecido, que supora tumores e exala barbárie por todos os póros (miséria, narco-

tráfico, marginalidade, matanças etc). O PSTU poderá dizer que o marxismo sempre defendeu medidas democráticas, como direito dos soldados elegerem e destituírem os comandantes, direito de greve etc. É verdade. Porém, não se constituem soluções para o problema da segurança da população pelo próprio Estado burguês, como propõe o jornal Opinião Socialista. Trata-se de bandeiras voltadas a acirrar as contradições no aparelho repressivo da burguesia e demonstrar às massas a necessidade de formar sua milícia popular. Por outro lado, são reivindicações transitórias subordinadas a um conjunto programático e à estratégia da revolução proletária.

O PSTU, para responder à ofensiva reacionária do movimento "Reage São Paulo", teria de usar seus poucos minutos no rádio e TV para condenar a linha de militarização e defender a constituição das milícias populares, bem como as bandeiras democráticas destinadas a questionar a estrutura totalitária do exército e das polícias. Para isso, teria de dizer claramente que só a revolução e ditadura proletárias porão fim à barbárie capitalista. E, para isso, teria de defender a fundo as reivindicações vitais das massas e não migalhas como um salário mínimo de 224 Reais.

Nacional

Realizou-se ato pela paz na Colômbia

Ocorreu no dia 04 de Setembro, na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo. O ato que teria por objetivo denunciar a repressão do Governo colombiano em relação aos camponeses plantadores de coca daquele País, serviu apenas para fazer demagogia. A Força Sindical que dirigiu o ato utilizou-o como forma de pressão para o restabelecimento da ordem burguesa ao afirmarem que não po-

deriam se colocar a favor de nenhum dos lados em choque, mas que as partes deveriam chegar a um acordo.

Em nenhum momento foi levantada a raiz do problema. Ou seja, o que ocorre na Colômbia é parte do plano de opressão dos países imperialistas. Que os camponeses colombianos não são os culpados pelos males gerados pelo sistema capitalista (drogas), que o cultivo milenar da folha de coca não tem nada a ver com a cocaína e o narcotráfico, que as folhas de coca são usadas tradicionalmente para fins medicinais. E que os camponeses têm todo o direito, inclusive se armando, para defenderem o seu meio de sustento.

A repressão aos camponeses não é exclusividade do governo colombia-

no, ela está disseminada na América Latina como consequência da pressão imperialista, que precisa desafogar sua crise de superprodução e falta de mercados, sucateando a produção nas semi-colônias, atingindo principalmente os trabalhadores urbanos camponeses que não têm outra saída senão resistir a esses ataques.

Este ato só teria significado na medida em que se tirasse o apoio incondicional aos camponeses colombianos na luta contra seus opressores nacionais e imperialistas e seu sistema (capitalista). Estes sim, são os culpados pela miséria que atualmente assola a humanidade.

Fora imperialismo na Colômbia
Viva a luta dos cocaleiros!!!

O significado da privatização da Vale do Rio Doce

O governo de FHC, sob pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI), retoma com toda força a decisão de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce. O objetivo é de entregá-la ao capital estrangeiro.

As potências imperialistas têm interesse especial nesse grande negócio. A Vale possui a maior reserva mineral do mundo (ferro, manganês, bauxita etc). Recentemente, acabou de descobrir um valioso veio de ouro. Essa riqueza natural é estratégica. Aí reside todo interesse do capital estrangeiro e dos governos imperialistas.

Os capitalistas nacionais, a exemplo de Antônio Ermírio de Moraes, lamentam que no

próprio país não tenham capital para se apossar da Vale. Resignadamente, consideram que a desnacionalização desse ramo fundamental é inevitável devido ao processo de "globalização" e do endividamento do país. Por seu turno, o Congresso Nacional não faz senão expressar a covardia entreguista da burguesia brasileira.

Os governadores dos estados que sediam a Vale correram ao Executivo para pedir que 50% de seu valor sejam destinados para essas regiões, também endividadas. Logo os porta-vozes da fração burguesa dos demais estados impugnaram tal objetivo. Os urubus internos se degladiam em torno da "venda" da Vale, enquanto as águias externas preparam para a rapina.

A burguesia nacional entrega o patrimônio estatal e aplica um plano neoliberal que arrasa o Brasil. E sob essa diretriz pró-imperialista trava entre si um choque federativo. Desagrega o país sob seu comando e como urubus disputam pedaços da carniça.

Os reformistas do PT de joelhos encenam uma oposição. Propõem que o

Legislativo tenha poder de decisão sobre o Plano Nacional de Desestatização. A direção da CUT reclama em palavras do entreguismo. Mas também se resigna, refletindo a melancolia dos urubus entreguistas. Faz coro em torno da manobra burguesa de venda de um lote de ações para os trabalhadores. Todo mundo conhece essa farsa, sobejamente comprovada na privatização da CSN e outras. A burocracia sindical como um todo se mostra dependente dos movimentos da burguesia nacional e de seu Estado. Se esta se resigna diante do amo imperialista, a burocracia sindical não faz senão refletir tal conduta. Não passam de traidores da classe operária e dos interesses nacionais antiimperialistas.

É nosso dever fazer o maior esforço possível em torno de uma campanha contra a privatização da Vale, pela reestatização de todas as privatizadas, pelo estatismo, sob o controle dos trabalhadores e por um programa para pôr em pé uma frente revolucionária antiimperialista, sob a direção da classe operária.



A luta dos sem-terra e a reação latifundiária

O renascimento da UDR

Os latifundiários da região do Pontal reergueram a UDR, com objetivo de dar uma cobertura política ao armamento de uma milícia própria. O fazendeiro Marcelo Negrão deu os primeiros passos no sentido do armamento de uma força constituída de jagunços. O problema está em que tal medida não pode se ater a um ou outro fazendeiro isolado. Mesmo apoiado na legalidade burguesa que diz que o proprietário capitalista tem o direito de defender seus bens com armas, o armamento de grupos para-militares numa situação de confronto com o movimento dos sem-terra não pode aparecer abertamente, indicando o embrião de uma guerra civil no campo.

Os fazendeiros, para solucionar tal problema, se unificam em torno da chamada União Democrática Ruralista (UDR). São explícitos em seu objetivo repressivo. Afirmam que a UDR renasce porque o governo não age de acordo com as exigências do agravamento das ocupações de terra. Ou seja, não utiliza todo o seu poder de repressão para esmagar o movimento camponês, embora este tenha realizado recentemente duas chacinas (Corumbiara e Eldorado do Carajás). Assim, a UDR pretende cumprir dupla função: de um lado, armar os fazendeiros dando-lhes cobertura política; de outro, pressionar o governo a reprimir duramente.

A tendência é a da UDR regional do Pontal se estender nacionalmente, no mesmo sentido dado anteriormente por Ronaldo Caiado (ex-presidente da UDR). Provavelmente, assumirá posições mais ofensivas ainda no armamento de jagunços e nos ataques ao movimento dos sem-terra. Essa é a lógica do choque entre a fração latifundiária da burguesia e os camponeses pobres.

Para onde caminhará o MST?

O armamento de fazendeiros e o renascimento da UDR no Pontal são frutos do fracasso das negociações do MST com o governo Covas. Diante das ocupações, o governo do PSDB, apoiado pelo sindicato dos fazendeiros da região, procurou encontrar paliativos dentro da política de assentamentos. Porém, os fazendeiros colocaram obstáculos jurídicos às desapropriações, as autoridades governamentais não se empenharam em cumprir as promessas e o MST não pôde permanecer imobilizado.

A retomada das ocupações resultou do fracasso do acordo Covas/MST. Em resposta, os fazendeiros relançaram a UDR como movimento armado paralelo ao do seu sindicato, empenhado na solução via ricas indenizações e pacifi-

cos assentamentos. A atitude dos fazendeiros está indicando que já não podem confiar em uma solução pacífica. E também não estão dispostos a ceder ao MST pacificamente, ainda que seja por intermédio de favoráveis indenizações.

O problema dos fazendeiros se concentra na tarefa de esmagar o movimento camponês. Tomado isoladamente o problema do Pontal, pode-se indagar se o governo não teria condições ainda de reverter o conflito pela via da negociação. Isoladamente é possível. Porém, o problema está em que os fazendeiros do Pontal estão expressando uma atitude geral da fração latifundiária. As ocupações de terra têm se dado em todo o território nacional. Dessa forma, a burguesia está de frente com a questão camponesa. O que quer dizer que se vê obrigada a agir no sentido de derrotar o movimento dos sem-terra. E isso não poderá ocorrer senão por métodos contra-revolucionários violentos.

A saída pacífica seria a de uma reforma agrária limitada, que assentasse os sem-terra e assegurasse minimamente sua sobrevivência. Mas o governo não pode implantar tal medida. São várias as razões: os fazendeiros de forma geral não admitem uma ampla desapropriação mesmo com indenização; o governo não tem interesse em despendar fundos públicos devido à tremenda crise orçamentária; politicamente, ceder às ocupações significa abrir caminho para um aguçamento futuro da luta camponesa; e, principalmente, a avaliação da inviabilidade do Estado sustentar novos minifundiários, quando a tendência do capitalismo é continuar expulsando os pequenos proprietários das terras.

Está aí por que perguntamos: Para onde caminhará o MST?

A resposta não é simples e nem pretendemos apresentar fórmulas. O primeiro ponto que vemos é a necessidade de se superar a ilusão da possibilidade da via pacífica dos assentamentos. É necessário adotar um programa de transformação radical do latifúndio, através de uma revolução agrária. Esta só é possível se ocorrer no interior da luta geral contra o capitalismo. Ou seja, da revolução proletária. Fora dessa estratégia não vemos possibilidades do movimento camponês vencer os seus opressores.

Aqueles que se acham "realistas" logo dirão que isso é uma abstração diante do movimento concreto das ocupações. Diremos que não. A compreensão da raiz da luta no campo e dos limites de classe dos camponeses é decisiva para vencer a burguesia latifundiária. Ela coloca concretamente a necessidade de se superar tais limites através da aliança operária e campone-

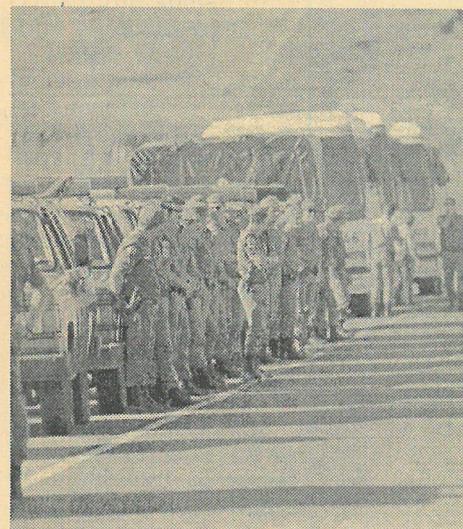
sa.

O movimento camponês só evitará o seu esmagamento pela repressão do Estado ou sua desarticulação pela colaboração política de suas direções se o movimento operário tomar a frente do combate anticapitalista. Os ataques dos latifundiários e a intervenção militarizante do governo obrigarão os camponeses a recorrerem à auto-defesa. Tal grau de conflito exigirá mais ainda a unidade proletária-camponesa.

A recomposição da UDR e os recentes massacres dos sem-terra indicam esse caminho. Um sério obstáculo para unir a maioria oprimida contra a minoria opressora está no controle da burocracia reformista e direitista do movimento operário. O mesmo encontramos no interior do MST, com a presença dominante do reformismo e da Igreja.

Chegamos ao ponto chave do problema. Trata-se de trabalhar em defesa de um programa proletário e da constituição de uma direção verdadeira e revolucionária. Toda vanguarda que defende a luta camponesa antilatifundiária deve se concentrar nesse objetivo. Tal objetivo é o de pôr em pé o partido da revolução proletária.

NACIONAL



Polícia Militar garante as manifestações dos fazendeiros e ameaçam reprimir ocupações.

O oportunismo do PSTU na UECE

No dia 21 de agosto, o Conselho de Entidades da UECE se reuniu para aprovar algumas deliberações. A *Reviravolta* (PSTU) colocou a proposta de criar um comitê pró-Inácio (PCdoB/PT/PSTU/PSB), sendo que o CA de Pedagogia (POR/independentes) levantou a proposta de que este comitê fosse um espaço aberto, uma tribuna em que se pudesse defender o voto nulo. Na pressa de ver sua proposta aprovada, a *Reviravolta* (PSTU) concordou com o posicionamento

do CA de Pedagogia (POR/independentes).

Já no dia 27 de agosto, quando o Conselho voltou a se reunir, o comitê estava sendo denominado pelos membros da *Reviravolta* (PSTU) como comitê do Inácio e o CA de Pedagogia (POR/independentes), percebendo isso, alertou os camaradas de que o comitê não tinha sido aprovado com esse nome. Sem contar com a falta de respeito dos camaradas com escárnio e risadinhas em relação ao CA de Pedagogia (POR/independentes) que defendia o voto nulo programático.

Mas isso ainda não foi o pior. O mais

agravante foi a proposta levantada pela *Reviravolta* (PSTU) de utilizar o dinheiro que foi adquirido através dos estudantes da UECE na campanha financeira levantada para as mobilizações do semestre passado para que fosse destinado a aparelhar a candidatura de Inácio Arruda (PCdoB/PT/PSTU/PSB). E eles, percebendo que poderiam ser denunciados à base, recuaram.

Isso prova mais uma vez a postura centrista e aparelhista do PSTU, que caminha para o reformismo e também o seu posicionamento eleitoreiro.

Diretoria da Apeoesp cancela a Assembléia

Há uma série de fatos que vêm demonstrando a crescente burocratização da diretoria da Apeoesp. A burocratização é a destruição da democracia sindical. O fato mais recente ocorreu no dia 13/9 com o cancelamento da assembléia. Não é por acaso que boa parcela do professorado tem reclamado, nas escolas, que a entidade nada tem feito para se opor às medidas do governo.

Desde o ano passado, a diretoria combate ferreamente todas as propostas que visam a mobilização e organização. No momento em que Covas anunciava a reestruturação da rede, a diretoria se colocou radicalmente contra a convocação dos professores para uma assembléia. Preferiu os abaixo-assinados, como instrumento de abertura de negociação entre o sindicato e o governo. O resultado foi terrível: o governo dividiu as escolas, demitiu, avaliou, instalou as chamadas demissões voluntárias, fechou milhares de salas e expulsou alunos da escola. Enquanto isso, a diretoria insistia no discurso demagógico de que era contra a reforma e que era necessário buscar novas formas de lutas. Ou seja, nada de assembléia, paralisação e greve.

Essa política da diretoria foi responsável por reforçar os interesses de uma parcela conservadora da classe, que ainda não conseguiu compreender que a reforma educacional é parte das medidas privatistas, e de semear ilusões de que é possível

barrar a ofensiva governamental com simples denúncias, assinaturas etc. Hoje, a classe se encontra fragmentada, imobilizada e à mercê da ação truculenta do Estado neoliberal.

Não bastando tamanho estrago, a diretoria continua com seu firme propósito de não enfrentar o governo. Nesse segundo semestre, convocou um Conselho (dia 16 de agosto) para preparar uma assembléia, como disseram, deveria estar precedida de uma ampla campanha. Tudo não passava de mais uma fraude. Isso porque: 1) A preparação da assembléia não existiu. Os materiais de convocação saíram tardiamente e a conta-gotas; 2) A campanha na grande imprensa se restringiu ao anúncio de TV, nas vésperas; 3) Nenhuma atividade de importância foi realizada para motivar a classe a paralisar.

Como se vê, tudo foi feito para que não ocorresse a paralisação e não tivesse uma assembléia massiva. É bom lembrar que se opôs a realização da assembléia na Praça da República, preferindo o local fechado. Mesmo assim, com todos esses impedimentos, uma parcela paralisou e se deslocou para o local da assembléia. Qual foi a surpresa? Da mesma forma que os velhos pelegos (os professores mais antigos recordam das assembléias na época de Rubens Bernardo) veio com o problema da falta de quorum. Recorreu ao estatuto, que prevê a presença de 1% dos filiados. Para isso, tentou impor uma manobra de que discutiria as propostas e verificaria o quorum na medida em que houvesse necessidade de aferir os votos. Assim, iniciou com um informe detalhado de tabelas de vencimento para cansar o plenário. Esperava com isso que quando fosse discutir a proposta de carreata e congresso, o plenário já estivesse mais vazio para contar os presentes.

A manobra se desfez quando houve a exigência de contagem imediata. Após a contagem, se verificou que a diferença era extremamente pequena e que alguns professores não tinham sido contados porque estavam fora do plenário. Mesmo assim, determinou o cumprimento do estatuto e anulou a vontade dos 1413 professores presentes de decidir os rumos da campanha e do congresso. Bateu o martelo nas deliberações da diretoria. Portanto, estava firmada a carreata para o dia 27 de setembro, o congresso restrito a 1500 delega-

dos, as cotas por subsede e a taxa de 35 reais para participação.

Diante de tamanha monstruosidade, os setores opositoristas reivindicaram: 1) Que na assembléia havia o limite do quorum. A diferença apresentada (37) se justificava pela margem de erro na contagem e pelos professores que estavam fora do recinto; 2) Que a diretoria imediatamente passasse a discussão das propostas. A resposta foi a violência. A diretoria manteve a anulação e mandou desligar os fios dos microfones para que ninguém os utilizasse.

Tudo isso que narramos nada tem de novidade para uma diretoria que se burocratiza. Quem não conhece os métodos violentos dos pelegos? Quem não se lembra da fraude armada nas eleições de 31 de maio? Cada vez mais a burocracia se confronta com aqueles que se opõem, tanto politicamente quanto no aspecto físico. Nesse sentido, os professores reunidos decidiram:

1) Denunciar o cancelamento da assembléia pela cúpula dirigente da Apeoesp;

2) Elaborar um boletim explicando os fatos ocorridos, juntamente com um abaixo-assinado reivindicando a convocação de uma assembléia. Utilizaremos o recurso do abaixo-assinado para discutir com os companheiros professores e preparar as condições para uma assembléia;

3) Rejeitar as deliberações da diretoria, que não tiveram o respaldo da assembléia, de realizar uma carreata (passeio de carros e ônibus até o palácio) e de corte do número de delegados ao congresso, bem como de taxas.

Não podemos permitir que uma direção burocratizada quebre o organismo de luta dos professores (sindicato). A nossa tarefa é trabalhar para varrer com os burocratas da Apeoesp, como fizemos muito bem com o peleguismo de Rubens Bernardo. Assim, nada de desfiliação. Ao contrário, fortalecer a Apeoesp e derrubar a diretoria, que tem servido de correia de transmissão da política do governo.

Chega de fraude!

Por uma assembléia massiva, que possa aprovar o caminho da luta! Somente os professores organizados poderão fazer frente à burocracia e ao governo, que vem destruindo a educação pública.



Exemplo de uma direção revolucionária

O C.A. de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), depois de passar 6 meses abandonado pela gestão "Avançar na Luta (LBI)", no 2º semestre de 1995, reaviva-se. POR e independentes tomaram a iniciativa de organizar o Conselho de Representantes de Turmas (Coretur); em seguida mobilizou os estudantes e discutiu a nova composição da entidade, se era para manter o sistema majoritário ou implantar a proporcionalidade, conscientizando os alunos da necessidade de construir uma direção revolucionária combativa contra o sucateamento do curso e da universidade.

No primeiro semestre de 1996, o C.A. de Pedagogia teve grandes atuações na mobilização dos estudantes, como a manifestação e bloqueio de

rua no dia 29 de março; boicote ao pleito espúrio para reitor da UECE, paralisando a universidade no dia 08 de abril; novo bloqueio de rua, neste dia foi o único curso que contou com a participação de mais de 10 professores. Isto prova o nosso nível de discussão no meio dos docentes e discentes, onde também se apresentaram em maior número do que os demais cursos.

O trabalho desenvolvido na Pedagogia refletiu nas assembleias realizadas e convocadas pelo C.A., nas passagens em sala de aula, e principalmente na luta concreta, em que se evidenciava a ação direta.

O C.A. de Pedagogia é proporcional, tendo em sua composição as chapas *Educação e Transformação Social* (POR e independentes), *Pra-re-*

construir o C.A. (Causa Operária) e Reviravolta (PSTU). Entretanto, nem Causa Operária, nem PSTU mobilizaram os estudantes do curso, nem sequer realizaram qualquer trabalho do centro acadêmico. Causa Operária passou um mês no C.A., e depois abandonou completamente a entidade. Isso prova mais uma vez a política dessas correntes que atuam nos movimentos sociais, quando não estão aparelhando as organizações estudantis em seu próprio benefício, logo abandonam as entidades.

Natal discute 56 anos da morte de Trotsky

A regional do POR de Natal realizou no dia 24/08 uma plenária sobre os 56 anos da morte de um dos maiores expoentes do marxismo e da Revolução Russa — Leon Trotsky. A plenária contou com a participação da militância e simpatizantes do partido. Teve como expositor uma de nossas camaradas, a qual fez uma síntese da vida e da militância do grande revolucionário. Leon Trotsky dedicou sua vida, principalmente no combate ao estalinismo — traidor da primeira revolução proletária vitoriosa. Entre as suas obras algumas têm fundamental importância no combate ao estalinismo - A Revolução Permanente, A Revolução Traída etc.

O partido fez exposição das obras do camarada

na banca do mesmo, no dia do debate. Anteriormente, fez uma exposição das obras no cinema Nordeste, onde passou em duas sessões o filme *O Assassinato de Trotsky*.

Defendemos a vitoriosa revolução russa e combatemos o estalinismo e qualquer teoria contra-revolucionária. Assim, o Partido Operário Revolucionário faz questão de manter viva a luta em defesa do autêntico marxismo, daquele que foi assassinado covardemente por defender até o último suspiro de sua vida a Revolução Proletária, o socialismo e o comunismo.

Viva a Revolução Proletária — Revolução Russa e o trotskismo!

Natal - Debate sobre as eleições municipais

No dia 13 de setembro o POR realizou uma plenária aberta sobre as eleições municipais. O partido está fazendo divulgação no sentido de aglutinar contatos, correntes e demais interessados em torno da temática proposta, objetivando esclarecer os motivos pelos quais o POR intervirá nestas eleições chamando o voto nulo programático.

Ao contrário das difamações feitas pelos partidos eleitoreiros, que dizem negarmos o processo eleitoral, e com a chamada do voto nulo reforçarmos as candidaturas burguesas, respondemos que tais partidos se escondem atrás desse argumento porque na realidade esquecem a luta das massas e as iludem com a falsa promessa de resolver os problemas do capitalismo no interior do parlamento burguês, sustentadas por projetos reformistas, colaboracionistas e oscilantes entre os interesses da classe proletária e os da burguesia. Por isso denominamos tais partidos como eleitoreiros (PT, PCdoB, e PSTU).

Nós perguntamos sobre a validade de candidatos operários sem um programa revolucionário. Nessas eleições todas as candidaturas de esquerda estão no marco do capitalismo. Suas propostas e programas em nada se chocam com o capitalismo. O PSTU, o qual se diz socialista e trotskista, negando completamente o Programa de Transição ao chamar por exemplo a redução da jornada de trabalho para 40 horas e o aumento de 100% para o salário mínimo. Em contrapartida, defendemos a bandeira revolucionária de escala móvel de trabalho e salário. Por tudo o que foi exposto temos consciência da nossa honestidade com a classe trabalhadora e coerência com nosso programa, ao chamarmos voto nulo programático para essas eleições e rechaçarmos as candidaturas reformistas-estalinistas (Frente Popular) e as centristas (PSTU).

Educação



Movimento Operário

Programa do POR:

Apresentamos neste número a questão do objetivo do partido, que determina todo o seu programa.

A estratégia programática: ditadura proletária e governo operário e camponês

Movimento Operário



Desde a origem do núcleo de construção do Partido Operário Revolucionário (POR), assinalamos a estratégia programática da ditadura do proletariado e do governo correspondente - o governo operário e camponês. Através dela, nos distinguimos frontalmente das demais correntes que se reivindicam do marxismo. Estas rejeitam formular claramente a estratégia da ditadura do proletariado e não têm como fórmula governamental o governo operário e camponês. Em seu lugar, defendem o "governo dos trabalhadores" ou variantes como "governo dos trabalhadores da cidade e do campo". Nesse mesmo sentido, combatemos a estratégia reformista do "governo democrático e popular", defendido pelo PT e PCdoB. De maneira explícita, esta formulação se destina subordinar as massas a um governo burguês dito democrático.

Temos criticado sistematicamente essas fórmulas porque não correspondem ao conteúdo proletário inequívoco e necessário. O conteúdo do conceito "trabalhador" abarca desde o proletariado até o camponês pobre, que é pequeno proprietário, embora não explore o trabalho alheio. A dissolução dos limites de classe da forma governamental defendida é fruto da adaptação das correntes às pressões da pequena burguesia e da democracia burguesa. Traz em seu fundamento, embora se diga que não, a idéia de um governo democrático revolucionário, que serviria de transição para um governo proletário futuro.

A corrente que mais expressa claramente esse conteúdo é o PSTU, que incorporou todas as posições do ideólogo revisionista do trotskismo Nahuel Moreno. As demais correntes que se apoiam no "governo dos trabalhadores" apenas fazem versão do mesmo tema. Os altamiristas do PCO procuram fazer uma caricatura do governo operário e camponês através do "governo dos trabalhadores da cidade e do campo". Segundo essa corrente, a estratégia governamental deve ser formulada criativamente conforme a situação política. Essa é a explicação dada por ter passado da forma do governo operário e camponês para a do "governo dos trabalhadores". A criatividade diz respeito ao apoio eleitoral de PCO ao PT, no qual formulou a bandeira de "vote em Lula, por um governo dos trabalhadores".

No fundo, a questão do governo reflete o revisionismo em torno do princípio marxista da ditadura do proletariado. É a partir da estratégia, que deve ser rigorosamente delimitada e precisa, que se reconhece o caráter revolucionário de um partido. Evidentemente, não da formalidade ou do palavreado, mas sim do conteúdo geral programático que o princípio da ditadura do proletariado expressa. Ou seja, o conteúdo geral que engloba os fundamentos do programa de transição concretamente extraído da realidade objetiva do capitalismo (caracterização da época, do país, o caráter da revolução, as forças motrizes da transformação histórica, o internacionalismo, as bandeiras, o método de luta etc).

Vemos assim que a estratégia condiciona e expressa todo o conteúdo programático. O princípio histórico da ditadura do proletariado tem como correspondente a teoria marxista da luta de classes e do Estado, entre outros aspectos. Assim o Estado burguês se resume na ditadura de classe dos capitalistas sobre a imensa maioria explorada. Tal ditadura de classe é necessária para assegurar o poder econômico da minoria exploradora e combater toda manifestação de revolta dos oprimidos, fundamentalmente do proletariado. O regime político poderá variar de forma, mas o seu conteúdo básico sempre será o mesmo: o exercício da ditadura capitalista.

Isso quer dizer que para o proletariado transformar a base econômica de capitalista em socialista terá de destruir integralmente a ditadura de classe da burguesia. Está provado que essa

tarefa não poderá ser realizada senão através da revolução proletária, que como tal destruirá o Estado capitalista. E em seu lugar edificará o Estado proletário. A passagem do capitalismo para o socialismo depende não só do desmoronamento da ditadura burguesa como também da estruturação da ditadura proletária. O conteúdo dessa mudança de classe no poder do Estado se resume na hegemonia do proletariado, que passa a ser a classe dirigente do país. A burguesia desmantelada internamente passa a ser a classe que luta por reconstituir o seu poder, apoiando-se na burguesia internacional. O poder proletário está obrigado a defender o Estado da maioria explorada através de sua ditadura de classe.

A acirrada luta de classe para restaurar o capitalismo, por parte da burguesia e para avançar o socialismo, por parte do proletariado, continuará enquanto o capitalismo não for mundialmente suprimido. Esse é o fundamento histórico mais profundo do princípio marxista da ditadura de classe do proletariado. A ditadura do proletariado, como se vê é transitória. Ela se extinguirá com a extinção das classes no sistema superior comunista, que só poderá se efetivar integralmente em nível mundial.

Quanto à forma de governo, poderá haver variações de acordo com as particularidades nacionais. Porém, o seu conteúdo em qualquer parte será o mesmo: um governo que expresse a ditadura do proletariado. No caso do Brasil, a particularidade está em que a classe operária não é a única oprimida. Ao seu lado, estão milhões de camponeses pobres e a classe média urbana arruinada. Dentre essas duas últimas classes não proletárias, o campesinato se destaca por estar ligado a uma tarefa democrática fundamental do país atrasado, que é a da questão da terra.

A luta de classes no campo é decisiva para o proletariado triunfar nas cidades. Diferentemente do proletariado que ocupa o lugar chave nas relações capitalistas de produção, o campesinato é um resquício de velhas relações pré-capitalistas. Nesse sentido, o proletariado é a única classe dirigente da maioria oprimida contra a minoria capitalista. A aliança operária e camponesa possibilitará a unidade dos explorados e a revolução social, que será de maioria nacional. O governo operário e camponês é a ditadura de classe do proletariado e expressa essas relações concretas das classes oprimidas.

Colômbia: acentua-se o conflito interno

O grupo foquista Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) conseguiu interromper os transportes em mais dois departamentos do país, Cesar e La Guajira, próximo à fronteira com a Venezuela. Em Riohacha, capital de La Guajira, dois ônibus que tentaram circular foram incendiados pelos

guerrilheiros.

O país vive um aprofundamento da crise política e social. As repressões aos camponeses plantadores de coca pelas tropas do governo e da DEA norte-americana levantaram em armas os cocaleros.

A tremenda crise do regime político, que quase derrubou o governo, e as

tendências revolucionárias presentes nas lutas de massa no país mostram a gravidade da ausência de um autêntico partido operário revolucionário, capaz de construir a aliança operário-campesina e levar as lutas à derrubada do governo burguês pela revolução proletária.

A Quarta Internacional

Adotou esse nome o Partido Mundial da Revolução Socialista, de orientação marxista-leninista-trotskyista.

Foi fundada em setembro de 1938, no congresso realizado em Paris e que adotou o chamado Programa de Transição, redigido por León Trotsky. Pouco antes, a Oposição Internacional de Esquerda chegou a um acordo sobre sua fundação devido ao perigo iminente da segunda guerra mundial, que acentuaria a luta de classes em escala internacional.

Teve-se de vencer a resistência de muitos opositores, entre eles Isaac Deutscher - um dos biógrafos de Trotsky -, que se manifestou desde 1936. O argumento central dos adversários dessa fundação era que a Oposição de Esquerda (Liga Comunista Internacional) não se entroncava em nenhum movimento de massas nem em uma revolução.

Trotsky atuou partindo da certeza de que a segunda guerra mundial acentuaria o ascenso revolucionário, que precisava de uma direção revolucionária férrea.

O Secretariado Internacional se transferira da Europa para os Estados Unidos, pouco antes da eclosão da esperada guerra (03/09), que constituiu uma dura prova para a Internacional que não terminara de se incorporar. Sofreu a perda de Trotsky (assassinado em 1940), autor do Manifesto de 1940 sobre a guerra. Em 1943, se constituiu o Secretariado Europeu. No SWP norte-americano, se apresenta uma importante tendência revisionista, encabeçada por Schachtman e Burnham, sobre a caracterização do Estado soviético, da burocracia e da defesa da URSS, que terminou em uma cisão. Na secção alemã, aflorou uma tendência que sustentava que a dominação fascista colocava a guerra de libertação nacional e democrática - não combater a própria burguesia - e não à revolução socialista.

Marcel Hic, organizador do Secretariado Europeu, morre no campo de concentração Dora e surge o grego Michel Pablo (Raptés). Na França, repetiram-se as discussões, cisões e fusões.

Em fevereiro-março de 1944, se unificam o PCI, o CCI, o POI e o Grupo Outubro; o PCI foi reconhecido como secção da Quarta Internacional. Em 1945, apareceram tendências pró-estalinistas como a de David Rousset (Le-

blanc), que defendeu uma aproximação com o Partido Comunista e foi excluído.

Laurent Schwartz encabeça uma tendência direitista que sustentava que os partidos comunistas cumpriram um papel progressista (uma forma de pretender substituir o stalinismo) em sua liderança das massas. A fracção ultra-esquerdista de Chaulieu falou da transformação da burocracia soviética em classe.

Em 1948, se realizou o segundo congresso da IV Internacional. No final deste ano, ocorre a ruptura de Tito com Stalin, então, o Secretariado Internacional inicia uma grande campanha a favor da Iugoslávia, e apresenta seu partido comunista como o núcleo de uma nova Internacional (se parte do pressuposto de que o PC que rompe com Moscou deixa de ser estalinista). Em julho de 1950, estoura a guerra da Coreia, fato no qual o Secretariado Internacional vê o início da terceira guerra mundial (uma das teses preferidas de Pablo), eixo central das especulações da direção quartista; a realidade objetiva esteve conformada pelo choque entre os mundos estalinista e imperialista; a passagem ao socialismo duraria um século de transição, caracterizado por diversos Estados burocratizados (teoria retomada por Lambert-Moreno); a guerra, causa da mobilização revolucionária, obrigaria os partidos comunistas a jogar um papel revolucionário, o que corresponde ingressar neles. Tais fundamentos da tática do "entrismo sui generis" nos partidos comunistas resultam na auto-destruição de seus defensores.

Em 1951-1952, se desenvolve a grave crise entre os que permaneceram fiéis ao trotskismo e os revisionistas, acaudilhados por Michel Pablo (que antes de morrer abandonou os postulados trotskistas e marxistas).

Em julho de 1952, a maioria francesa do PCI é excluída da Internacional. Em fins de 1953, o SWP norte-americano denunciou Pablo de anti-trotskyista e rompe com ele (o SWP acabou renegando o trotskismo e se tornou pró-castrista). Estas organizações, junto à SLL inglesa e um grupo suíço colocaram em pé, em 1963, o Comitê Internacional (CI), que proclamou a luta pela continuidade da Quarta Internacional frente os desvios do pablismo, representadas pelo Secretariado Internacional.

Mais tarde, em 1972, o CI se transformou em Comitê de Organização para a Reconstrução da IV Internacional (CORCI), que em fins de 1979 se fundiu com a morenista Fracção Bolchevique do Secretariado Unificado no chamado Comitê Paritário e em uma instável e convulsionada Quarta Internacional.

Em 1951, se realizou o terceiro Congresso da IV Internacional (participou a Bolívia), que mostrou a enorme influência do pablismo.

Em 1962, o posadismo caricaturesco divide o Secretariado Internacional e organiza sua própria Internacional.

Em 1963, o SWP e o Secretariado Internacional conformam o Secretariado Unificado. Durante a cisão de 1953, o POR boliviano adotou a linha de independência frente às tendências internacionais em briga. No início de 1979, o POR rompe com o CORCI e em fevereiro contribui para a organização da efêmera TCI, juntamente com Política Operária da Argentina, os grupos do Chile, Brasil e Venezuela, que se esgota rapidamente como tendência internacional. Atualmente, os poristas lutam por colocar em pé uma poderosa Quarta Internacional no seio do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

Tudo isto mostra as lutas e dificuldades para assimilar devidamente o marxismo-leninismo-trotskyista e erguer uma poderosa direção que dirija as massas que continuam lutando.

Internacional



Iraque acuado pelo imperialismo

Fora o imperialismo do Golfo!

Metade da área do Iraque está ocupada pelas tropas americanas desde a Guerra do Golfo de 1991. O governo do Iraque nunca reconheceu oficialmente essa ocupação, mas seus aviões não ousavam romper essas fronteiras artificiais. No fim de agosto, ataques entre facções curdas do norte do Iraque voltaram a colocar em conflito tropas americanas e iraquianas.

O norte do Iraque faz parte de uma região que ocupa o Irã e a Turquia, e que é dividida entre esses três países: o Curdistão. Trata-se de mais uma nação dividida e subjugada a partir dos interesses dos países imperialistas. Os curdos são um povo que vive lutando para se libertar, e vive sendo reprimido barbaramente pelos governos dos países que o dominam.

Desta vez, os curdos apoiados pelo governo iraquiano se voltaram contra os curdos ligados ao governo iraniano. Saddam Hussein aproveitou o conflito para pressionar as tropas da ONU e recuperar o controle sobre o território ocupado. Disparou contra aviões e bases americanos, que estavam metidos no conflito.

O governo de Clinton decidiu reprimir o Iraque. Não apenas bombardeou locais sob controle de Hussein como deslocou tropas e aviões para o Kuwait, para intensificar o ataque ao Iraque. Ampliou o território sob controle da ONU, reduzindo ainda mais a área sob controle do governo local.

O Iraque recuou e cessou os disparos contra aviões americanos. Não está descartada ainda uma nova ofensiva americana, a partir do grande contingente militar deslocado para o Kuwait, ao sul do Iraque.

Os conflitos entre as nações árabes é utilizado pelo imperialismo para ampliar seu controle na região. O fortalecimento do imperialismo em qualquer parte do planeta reforça seu domínio sobre todas as outras nações, incluindo o Brasil.

A posição proletária é a de defesa incondicional do Iraque oprimido pelo imperialismo, de autodeterminação dos povos árabes e da resolução de seus conflitos sem ingerência externa. Ressaltamos que os governos burgueses locais são incapazes de levar a luta antiimperialista às últimas conseqüências, somente um levante de massa sob direção do proletariado pode fazê-lo. Assim, a luta antiimperialista, pela expulsão do jugo yanque, leva à revolução proletária.

Internacional

As massas argentinas dizem não ao governo pró-imperialista

Em agosto, os trabalhadores argentinos acataram a greve geral convocada pela burocracia sindical da CGT e outras. Agora, a maioria da população faz o protesto do "Apagón" (apagar as luzes), convocado pela oposição burguesa (Frepaso e União Cívica Radical). Para final de setembro, as Centrais convocam uma nova greve geral, prevista para 48 horas.

Esses acontecimentos dirigidos pelo sindicalismo peronista e pela oposição burguesa — até agora inteiramente conivente com o Plano Cavallo — têm como pano de fundo o agravamento da crise social e uma série de levantamentos populares contra a fome, miséria e o desemprego. Isso mostra que a burocracia e os partidos da burguesia se encontram sob tremenda pressão dos explorados. E que recorrem a protestos inócuos para bloquear as tendências mais profundas de combate das massas, verificadas nas manifestações Santiago del Estero (dezembro de 1993) e das lutas em Rosário e Neuquén.

Por outro lado, a burocracia corrompida da CGT e suas va-

riantes estão expressando um deslocamento resultante dos choques interburgueses provocados pela desintegração econômica. O fundamental para essa fração é canalizar o generalizado descontentamento popular para os métodos burgueses. As massas caminham na direção do choque frontal contra o governo antinacional e antipopular de Menem. Se o proletariado se coloca na cabeça desse movimento, apresentará um caminho próprio de luta antiimperialista e anticapitalista. Esse é o grande temor da fração burguesa dissidente e da própria burocracia sindical peronista.

A vantagem dos capitalistas e seus agentes no interior dos sindicatos está na quebra das correntes de esquerda, que vai do estalinismo aos revisionistas do trotskismo (MAS etc). O caráter embrionário de construção do partido revolucionário é o outro lado da medalha.

A falência econômica da Argentina, em grande parte imposta pela opressão imperialista e pelos Planos governamentais, coloca objetivamente a necessi-

dade do proletariado lutar pelo poder. Porém, dada a sua dependência em relação ao peronismo, que de nacionalista se transformou em pró-imperialista, não tem podido colocar em suas mãos a solução dos grandes problemas trazidos pela vasta crise. Mas os ataques desfechados pelo governo menemista vêm obrigando os explorados a reagirem instintivamente ao maciço desemprego e a proliferação da miséria.

O proletariado argentino não poderá mais permanecer sob a órbita da influência do peronismo. Caminhará em choque contra o conjunto da burguesia. Está se manifestando nesses últimos acontecimentos ao chamado da burocracia porque não tem outro canal para se expressar. Trata-se de trabalhar a ruptura dos explorados com o peronismo e toda variante burguesa. A luta pelo programa revolucionário no seio das massas e pela construção do partido tem importância estratégica para o desenvolvimento da organização independente do proletariado.

